



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

REUNIÃO DE 27/01/2023

ATA N.º 01/2023

Presidência: Rogério Bacalhau, Presidente da Comissão de Cogestão.

Membros da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) presentes:

- Luís Ferreira, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Cláudia Sil, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);
- Miguel Mota e Costa, Direção Regional de Agricultura do Algarve (DRAP Algarve).

Assistiram à reunião:

- Ana Paula Martins, ICNF;
- Ana Xavier, ICNF;
- Idália Sebastião, ICNF;
- Raquel Monteiro, DRAP Algarve;
- Susana Marreiros, Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas quinze horas, reuniu, nas instalações da AMAL, em Faro, a Comissão de Cogestão do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;
- Ponto 2 – Plano de Atividades e Orçamento de 2022;
- Ponto 3 – Plano de Atividades e Orçamento de 2023;
- Ponto 4 – Ponto de situação da elaboração do Plano de Cogestão;
- Ponto 5 – Semana da Ria Formosa;
- Ponto 6 – Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Rogério Bacalhau, deu as boas-vindas, agradeceu a presença de todos, e deu início à ordem de trabalhos.

Relativamente ao **ponto 1**, foi apresentada a proposta de ata da oitava reunião da Comissão de Cogestão, a qual foi colocada à votação. Cláudia Sil não concordou com a proposta de ata, indicando que a mesma referia que o Plano de Atividades e Orçamento 2022 tinha sido aprovado por unanimidade. Rogério Bacalhau leu a proposta de ata da reunião 8, fez algumas clarificações ao texto



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

e propôs que a declaração de voto de Cláudia Sil (de 24 de novembro de 2022) fosse anexada à ata da oitava reunião, ao que todos concordaram. Luís Ferreira indicou que, da parte do ICNF, está pendente o *feedback* de Castelão Rodrigues, pelo que os seus contributos serão enviados posteriormente e a ata da oitava reunião será aprovada na reunião seguinte (fevereiro).

Cláudia Sil pediu esclarecimento sobre a ata da sétima reunião. Rogério Bacalhau leu a ata dessa reunião, indicando que a mesma espelha o que aconteceu.

Seguidamente, passou-se ao **ponto 2** da ordem de trabalhos. Ficou decidido que o documento do Plano de Atividades e Orçamento para 2022 será enviado para o Presidente do Conselho Estratégico, António Pina, juntamente com a ata da oitava reunião da Comissão de Cogestão e a declaração de voto de Cláudia Sil.

Em seguida abordou-se o **ponto 3** da ordem de trabalhos. Rogério Bacalhau indicou que é importante que todos os parceiros enviem contributos para o Plano de Atividades e Orçamento 2023. Susana Marreiros referiu a importância de haver parcerias entre entidades da Comissão de Cogestão. Cláudia Sil referiu que não concorda que seja elaborado o Plano de Atividades e Orçamento antes do Plano de Cogestão, indicando que o Plano de Atividades é executivo, devendo indicar as atividades que são propostas no Plano de Cogestão. Rogério Bacalhau indicou que as primeiras ações presentes no Plano de Atividades são precisamente as relativas à elaboração do Plano de Cogestão. Idália Sebastião referiu que em Portugal há Planos de Cogestão que estão em fases mais avançadas que o do PNRF, e que essas áreas protegidas tiveram de elaborar os seus Planos de Atividades mesmo antes de terem o Plano de Cogestão terminado. Luís Ferreira acrescentou que das 25 áreas protegidas de âmbito nacional, ainda apenas 2 têm o seu Plano de Cogestão aprovado. Rogério Bacalhau referiu que a equipa se deverá centrar na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento e no Plano de Cogestão.

Relativamente ao **ponto 4** da ordem de trabalhos, Susana Marreiros fez um ponto de situação relativamente ao Plano de Cogestão, indicando que os inquéritos aos visitantes e atores-chave foram reformulados, na sequência do contacto por e-mail e posterior reunião presencial com os professores João Albino e Pedro Pintassilgo, da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (UALG). Os inquéritos foram melhorados a sua dimensão foi significativamente reduzida. Os inquéritos irão ser aplicados aos atores-chave *online* e presencialmente. No caso dos visitantes, serão aplicados presencialmente no CEAM, sendo que estarão disponíveis em português, espanhol, inglês e francês. A fase seguinte será a organização de sessões participativas nos municípios do PNRF.

Rogério Bacalhau pediu aos elementos da Comissão de Cogestão para enviarem contributos para o Plano de Cogestão. Susana Marreiros irá partilhar os inquéritos com os restantes elementos da Comissão de Cogestão via e-mail.

Passou-se em seguida ao **ponto 5** da ordem de trabalhos. Ana Paula Martins apresentou uma breve história da Semana da Ria Formosa. Em fevereiro de 2016 foi assinada uma carta de compromisso entre 17 entidades, para dar mais força às atividades que estas entidades já fazem habitualmente



Parque Natural da Ria Formosa

COMISSÃO DE COGESTÃO

para promover o PNRF, uma vez que uma semana de iniciativas conjuntas tem mais impacto. Cada entidade oferece um conjunto de atividades orientadas principalmente para o público escolar, mas também para o público em geral. Além das 17 entidades que assinaram a carta de compromisso já houve outras instituições que mostraram interesse em aderir e outras entidades podem juntar-se. A Comissão de Cogestão irá promover as atividades da Semana da Ria Formosa.

No que diz respeito ao **ponto 6** da ordem de trabalhos, foram abordados dois assuntos:

- *Website* com informação sobre a cogestão: Susana Marreiros sugeriu desenvolver a subpágina da AMAL dedicada à cogestão, colocando as atas das reuniões, os inquéritos, e, quando disponíveis, os instrumentos de gestão da área protegida no âmbito do modelo de cogestão. Vai ser feita essa reestruturação da página e, quando estiver pronta, Susana enviará o *link* aos elementos da Comissão de Cogestão. Miguel Costa referiu que as entidades representadas na Comissão podem depois redireccionar para este *link* nas suas respetivas páginas institucionais.
- Formação e Capacitação no Âmbito da Cogestão das Áreas Protegidas de Âmbito Nacional: Susana Marreiros fez o ponto de situação sobre o plano de formação dirigida aos técnicos cogestores e aos técnicos do ICNF. A formação decorrerá até junho de 2024, sendo que a maioria das sessões são *online*, havendo também uma componente presencial. A empresa contratada pelo ICNF para dar a formação é a XZ Consultores.

Susana Marreiros pediu que a próxima reunião da Comissão de Cogestão fosse adiada um dia, uma vez que tem formação agendada para a última quinta-feira de fevereiro. Assim, a décima reunião da Comissão de Cogestão ficou marcada para o dia 24 de fevereiro (sexta-feira) às 15h.

Nada mais havendo a tratar, foi terminada a reunião quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, foi lavrada a presente ata, que será assinada por Rogério Bacalhau, que presidiu, e por Susana Marreiros, que secretariou.

O Presidente da Comissão de Cogestão do PNRF,



(Rogério Bacalhau)

A Secretária,



(Susana Marreiros)